



Fls nº 26
Disp 006/19

**ESTADO DO MARANHÃO
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE PINDARÉ MIRIM-MA**

**PROCURADORIA DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS
SERVIDORES DO MUNICIPIO DE PINDARÉ MIRIM-MA**

PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2019.

INTERESSADO: Instituto de Previdência Social do Município de Pindaré Mirim-MA.

ASSENTO: Contratação de empresa especializada para a Prestação de Serviços De Provenimentos de Internet, para o Instituto de Previdência Social do Município de Pindaré Mirim-MA.

Ementa: II – Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do Inc. II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a meses de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma vez só. Art. 24 - II da Lei nº 8.666/93.

PARECER Nº 006/2019

Examina-se o processo acima em epígrafe cujo objeto versa sobre a Prestação dos Serviços.

Encontra-se anexado detalhadamente ao presente processo 3 (três) cotações de preços conforme mapa de apuração e classificação das cotações de preços.

Para a presente prestação de serviços encontra-se disponibilidade de dotação orçamentária, conforme informado pelo Setor Financeiro.

Analisando-se as condições da prestação dos serviços, observa-se que estão presentes requisitos de dispensa de licitação, na forma dos arts II do artigo 24 e inc II, alínea "a", art. 23 da Lei nº 8.666/93, verbis

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do Inc. II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma vez só.



Fila nº 27
Processo Disp. 006/19
e

ESTADO DO MARANHÃO
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PINDARÉ MIRIM-MA

Art. 23. As modalidades de contratação que se referem os incisos I e III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

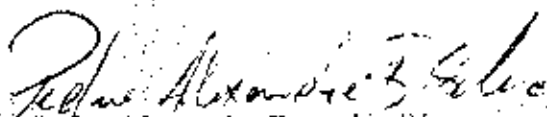
II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior: (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998) (Vide Decreto nº 9.412, de 2018) (Vigência)

a) convite - até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998) (Vide Decreto nº 9.412, de 2018) (Vigência)

Ante o exposto, esta Assessoria Jurídica opinou pelo deferimento do pedido e que sejam os autos encaminhados ao Excelentíssimo Senhor Presidente, para autorização e a adoção das providências cabíveis.

É o parecer.

Pindaré Mirim, MA, 20 de janeiro de 2019


Pedro Alexandre Barndas Silva

Assessor Jurídico

Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Pindaré Mirim-MA
OAB MA nº 8707